



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

**INQUÉRITO Nº 3515/DF - ELETRÔNICO**

**RELATOR:** EXMO. SR. MINISTRO ANDRÉ MENDONÇA

**AUTOR:** MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**DENUNCIADO:** ARTHUR CÉSAR PEREIRA DE LIRA

**MANIFESTAÇÃO GTOC-STF/PGR Nº 313309/2023**

Excelentíssimo Senhor Ministro Relator,

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Vice-Procuradora-Geral da República, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, em atenção ao despacho de fl. 4724*pdf*, vem expor e requerer o que se segue.

***Introdução***

Cuida-se de inquérito no qual a Procuradoria-Geral da República ofereceu, em 27/03/2018, denúncia em face de ARTHUR CÉSAR PEREIRA DE LIRA, em razão do recebimento, na condição de Deputado Federal e líder do



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

Partido Progressista na Câmara dos Deputados, de vantagem indevida no valor de R\$ 106.400,00 (cento e seis mil e quatrocentos reais), oferecida e paga por FRANCISCO CARLOS CABALLERO COLOMBO, com a finalidade de garantir o apoio do denunciado para se manter na Presidência da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU).

A peça acusatória se baseou, principalmente, nos elementos colhidos no curso dos Inquéritos nº 3996/DF e nº 3989/DF, imputando ao embarcante a prática dos crimes de corrupção passiva (art. 317, § 1º, do Código Penal) e de lavagem de dinheiro (art. 1º, V, da Lei nº 9.613/1998, na redação anterior à Lei nº 12.683/2012).

Em sessão realizada no dia 08/10/2019 (fls. 2368/3452pdf), a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, *“por unanimidade, rejeitou as preliminares suscitadas pela defesa e recebeu parcialmente a denúncia, no que concerne ao crime previsto no artigo 317, § 1º, do Código Penal, deixando de fazê-lo em relação ao delito de lavagem de dinheiro, tendo em vista a atipicidade das condutas narradas”*. Esse acórdão foi publicado em 23/06/2020, conforme certidão de fl. 3453pdf.

Em face do mencionado acórdão, em 24/07/2020, ARTHUR LIRA opôs embargos de declaração, com efeitos modificativos, alegando as teses de a) omissão com relação ao requerimento de juntada dos áudios e vídeos dos depoimentos dos colaboradores; b) contradição a respeito da pretensão de



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

juntada de documentos relativos aos registros de entrada e saída de FRANCISCO COLOMBO no escritório de ALBERTO YOUSSEF; e c) obscuridade quanto à análise de justa causa para a ação penal (fls. 3458/3468pdf).

Em 08/09/2020, em sede de contrarrazões, a Procuradoria-Geral da República manifestou-se pela rejeição dos embargos de declaração opostos por ARTHUR LIRA (fls. 3484/3496pdf).

Na sequência, em sessão realizada por videoconferência em 24/11/2020, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal apreciou o processo, e, após os votos dos Ministros Marco Aurélio, então Relator, Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso, que conheciam dos embargos declaratórios e negavam-lhes provimento, pediu vista dos autos o Ministro Dias Toffoli (fl. 3750pdf).

Em 03/03/2022, nos termos do art. 38 do RISTF, os autos foram redistribuídos à relatoria do Ministro André Mendonça.

Por intermédio da Petição nº 16892/2023 (fls. 4554/4563pdf), protocolada em 27 de fevereiro de 2023, a defesa constituída de ARTHUR LIRA requereu *“sejam os presentes autos encaminhados à d. Procuradoria-Geral da República para que se manifeste sobre a ausência de justa causa para continuidade da*



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

*persecução penal ou, alternativamente, na hipótese do Parquet considerar existente os requisitos para o recebimento da denúncia, que se manifeste motivadamente sobre a viabilidade da proposta de acordo de não persecução penal”.*

Alegou a superveniência de decisão que alterou a narrativa acusatória, qual seja, a rejeição da denúncia apresentada nos autos do Inquérito nº 3989/DF. Destacou que, em 02/03/2021, ou seja, após a oposição dos embargos de declaração nos autos deste Inquérito nº 3515/DF, a denúncia apresentada contra o embargante nos atos do Inquérito nº 3989/DF foi rejeitada pela Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, esvaziando parte da narrativa contida na acusação.

Apontou a existência de alterações normativas introduzidas pela Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime), que entrou em vigor após o recebimento da denúncia oferecida nestes autos, vedando o recebimento de denúncia com fundamento apenas nas declarações do colaborador.

A defesa de ARTHUR LIRA alegou, ainda, não ser possível analisar a cadeia de custódia dos elementos de prova apresentados por ocasião da denúncia. Apontou a ocorrência de outra inovação trazida pela Lei nº 13.964/2019, qual seja, *“o acréscimo do art.158-A no CPP, que exige a apresentação ou ao menos a acessibilidade da cadeia de custódia das provas apresentadas em Juízo”.*



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Destacou que, a despeito da existência de gravações, não se tem nos autos os registros audiovisuais das colaborações premiadas firmadas pelos colaboradores ALBERTO YOUSSEF e RAFAEL ÂNGULO LOPES.

Por fim, subsidiariamente, a defesa técnica de ARTHUR LIRA requereu que a Procuradoria-Geral da República se manifeste sobre a viabilidade de eventual proposta de acordo de não persecução penal (ANPP), instituto introduzido no ordenamento jurídico pátrio pelo denominado "Pacote Anticrime".

Vieram os autos para manifestação.

É o relatório.

*Imputações dos crimes de corrupção passiva qualificada e de lavagem de capitais formuladas pela PGR perante o STF, nos autos do Inquérito nº 3515/DF*

Na denúncia oferecida com base na apuração realizada neste Inquérito nº 3515/DF, narrou-se que, ARTHUR LIRA, na condição de Deputado Federal e líder do Partido Progressista na Câmara dos Deputados, componente da base de apoio político do governo no Parlamento — e, portanto, com a prerrogativa de fazer indicações para cargos em comissão — recebeu, por meio de pessoa interposta, vantagem indevida paga por FRANCISCO CARLOS CABALLERO COLOMBO, com a finalidade de



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

garantir apoio do denunciado para que FRANCISCO COLOMBO se mantivesse na presidência da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, sociedade de economia mista vinculada ao Ministério das Cidades e, na época, titularizado pelo Ministro Aginaldo Ribeiro – membro do Partido Progressista.

Posteriormente ao recebimento da vantagem indevida, que teria sido intermediado por JAYMERSON JOSÉ GOMES DE AMORIM - assessor parlamentar de ARTHUR DE LIRA e pessoa indicada por ele para receber a propina – teriam sido realizadas manobras para ocultar a natureza, origem, disposição, movimentação e a propriedade do numerário proveniente do ato de corrupção, por meio da distribuição e ocultação das cédulas pelo corpo/roupas de JAYMERSON AMORIM, além da criação de versões falsas dos fatos, que buscavam ocultar a origem e dissociar a pessoa do Deputado da propriedade do dinheiro apreendido.

Ao embarcar no aeroporto de Congonhas/SP para retornar a Brasília de posse dos R\$ 106.400,00 (cento e seis mil e quatrocentos reais) supostamente destinados a ARTHUR DE LIRA, JAYMERSON AMORIM foi preso e os valores apreendidos pela Polícia Federal.

De acordo com a denúncia, os crimes ali descritos foram descortina- dos a partir das investigações decorrentes da denominada “Operação Lava-



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

Jato”, em que ARTHUR DE LIRA, integrante de uma grande e intrincada organização criminosa (denunciada nos autos do Inquérito nº 3989/DF), praticou sistemática e reiteradamente inúmeros crimes, que vitimaram diversos órgãos da Administração Pública direta e indireta, tais como a Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), a Caixa Econômica Federal, o Ministério das Cidades, o Instituto de Resseguros do Brasil, entre outros.

Em sessão realizada no dia 08/10/2019 (fls. 2368/3416pdf), a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, *“por unanimidade, rejeitou as preliminares suscitadas pela defesa e recebeu parcialmente a denúncia, no que concerne ao crime previsto no artigo 317, § 1º, do Código Penal, deixando de fazê-lo em relação ao delito de lavagem de dinheiro, tendo em vista a atipicidade das condutas narradas”*, nos termos da seguinte ementa:

DEPOIMENTOS – COLABORADORES – REGISTRO AUDIOVISUAL – JUNTADA – PRESCINDIBILIDADE. Documentados de forma escrita, nos autos, os depoimentos dos colaboradores, a juntada dos registros em sistema audiovisual, pelo Órgão acusador, na fase de recebimento de denúncia, não constitui providência imprescindível, podendo ser requerida, pela defesa, no curso da instrução processual.

INQUÉRITO – DOCUMENTOS – DEFESA – ACESSO. Descabe falar-se em cerceamento de defesa, considerada ausência, nos autos, de documentos que respaldam a acusação, no que a defesa do acusado, integrada pelos mesmos profissionais da advocacia, obteve amplo acesso às informações pretendidas, considerado inquérito no qual compartilhados os dados.

ARTIGO 5º DA LEI Nº 8.038/1990 – MANIFESTAÇÃO – MINISTÉRIO PÚBLICO – VIABILIDADE. Mostra-se viável assegurar ao Órgão acusador, nos termos do artigo 5º da Lei nº 8.038/1990, a manifestação acerca das controvérsias



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

suscitadas na resposta à acusação, surgindo inadequado transportar para a fase alusiva ao recebimento de denúncia a ordem imperiosa concernente à apresentação de alegações finais.

**CORRUPÇÃO PASSIVA – JUSTA CAUSA – DENÚNCIA – RECEBIMENTO.** A existência de suporte informativo mínimo a indicar a viabilidade da imputação veiculada, consistente em registros de ligações e mensagens trocadas, depoimentos de colaboradores e informações policiais, caracteriza a indispensável justa causa a autorizar o recebimento da denúncia.

**LAVAGEM DE DINHEIRO – INFRAÇÃO ANTECEDENTE – CONDUTA AUTÔNOMA.** A configuração do crime de lavagem de dinheiro exige que os atos alusivos à ocultação ou à dissimulação mostrem-se autônomos e distintos no tocante à estrutura típica da infração penal antecedente.

**LAVAGEM DE DINHEIRO – CORRUPÇÃO PASSIVA – EXAURIMENTO – ATIPICIDADE.** O ato de receber, de forma indireta, valores supostamente provenientes de corrupção, integra o tipo previsto no artigo 317 do Código Penal, de modo que a conduta de esconder notas pelo corpo, sob as vestes, nos bolsos do paletó, junto à cintura e dentro das meias não se reveste de indispensável autonomia em relação ao crime antecedente, não se ajustando à infração versada no artigo 1º, inciso V, da Lei nº 9.613/1998. Precedente: sextos embargos infringentes na ação penal nº 470, Pleno, redator do acórdão o ministro Luís Roberto Barroso.

Vale destacar que a decisão que recebeu a denúncia em desfavor de ARTHUR LIRA, no que concerne ao crime previsto no artigo 317, § 1º, do Código Penal, ainda não transitou em julgado, tendo em vista a oposição de embargos declaratórios, com efeitos infringentes, pelo denunciado.

***Da conclusão do Inquérito nº 3989/DF***



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

A ORCRIM denunciada nos autos do Inquérito nº 3989/DF era integrada por diversos membros do Partido Progressista, entre eles ARTHUR DE LIRA, e era dividida em núcleos, como expôs a inicial acusatória.

Mais especificamente sobre a atuação de ARTHUR LIRA, apurou-se nos autos do Inquérito nº 3989/DF, que ele teria liderado a organização criminosa formada por membros do Partido Progressista, a partir de 2011 (quando foi empossado Deputado Federal – 01/02/2011), promovendo, junto com Aguinaldo Ribeiro, Benedito de Lira, Ciro Nogueira e Eduardo da Fonte, o rebaixamento político do grupo anterior, de modo a controlar as decisões mais importantes sobre prospecção, recebimento e repasse de propina oriunda de contratos da PETROBRAS.

Todavia, em 02/03/2021, nos autos do Inquérito nº 3989/DF, a Segunda Turma dessa Suprema Corte deu provimento aos embargos de declaração opostos pela defesa de ARTHUR LIRA, para rejeitar a denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral da República, na forma do art. 395, incisos I e III, do CPP, nos termos da seguinte ementa:

“Penal e Processo Penal. Embargos de Declaração contra acórdão que recebeu a denúncia contra os réus por organização criminosa. Recursos interpostos dentro do prazo e com observância aos demais pressupostos e requisitos processuais. Admissibilidade dos embargos. Alegações de omissão, obscuridade e contradição. Dedução de fatos novos que justificariam o não recebimento da denúncia. Alegação de omissão e contradição em relação à tese de violação ao contraditório e à ampla defesa. Inocorrência. Omissão, obscuridade e



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

contradição na análise dos impactos dos processos julgados pelo STF sobre a existência de justa exigida para o recebimento da denúncia. Ocorrência dos referidos vícios internos, uma vez que quase todos os fatos criminosos descritos na denúncia já foram arquivados pela PGR ou rejeitados pelo STF. Ocorrência de omissão e obscuridade a partir da utilização de meros depoimentos dos colaboradores, sem a existência de elementos autônomos de corroboração, para fins de recebimento da denúncia. Integração do acórdão para que tais elementos sejam excluídos da análise da viabilidade da peça acusatória. Omissão na análise das teses defensivas de inépcia da inicial e de atipicidade das condutas. Denúncia que promove a delimitação artificial do período de existência da Orcrim. Ausência de descrição de fatos em data posterior à vigência da Lei 12.850/2013. Omissão na análise da tese defensiva de criminalização da política. Ocorrência. Acórdão que faz menção a fatos relativos à atividade político-partidária dos denunciados enquanto elementos indicativos da ocorrência do crime. Dedução de fatos supervenientes que devem ser considerados pelo colegiado para fins de análise do recebimento da denúncia. Aplicação analógica do art. 493 do CPC, com base no art. 3º do CPP. **Novo dispositivo legal que proíbe expressamente o recebimento da denúncia com base apenas nas declarações dos colaboradores premiados.** Art. 4º, §16º, II, da Lei 12.850/2013, na redação conferida pela Lei 13.964/2019. Novo pedido de arquivamento e de rejeição da denúncia oferecida contra os embargantes em outro inquérito mencionado nos autos. Sentença proferida pela Justiça Federal do Distrito Federal que absolveu sumariamente corréus denunciados por fatos semelhantes. Circunstâncias relevantes que reforçam a conclusão pelo provimento dos recursos, com a rejeição da denúncia. Embargos de declaração conhecidos e providos, com a atribuição de efeitos infringentes e a integração da decisão recorrida, para rejeitar a denúncia oferecida, nos termos do art. 395, I e III, do CPP.”

No referido acórdão, entendeu-se pela ausência de descrição de supostos fatos criminosos em período posterior à vigência da Lei nº 12.850/2013 e pela ausência de delimitação adequada das condutas delituosas, desincumbindo-se o Ministério Público Federal de indicar os elementos de fato e de prova que sustentem essa conclusão, *“o fato de se tratar de suposto crime societário*



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

*praticado de maneira informal ou às escondidas não exclui o dever do MPF e da autoridade judicial em elencar as razões de fato que justifiquem a permanência da Orccrim em período posterior à vigência da Lei 12.850/2013."*

Entendeu, ainda, que a acusação se apoia basicamente nos depoimentos dos colaboradores premiados, sem indicar os indispensáveis elementos autônomos de corroboração que seriam necessários para a verificação da viabilidade da acusação.

Além disso, concluiu pela existência de outros fatos novos supervenientes, a saber: a) o arquivamento e o pedido de rejeição da denúncia formulado pela Procuradoria-Geral da República em relação aos embargantes nos autos do Inquérito nº 4631; e b) a sentença proferida pela Justiça Federal do Distrito Federal que, com base em manifestação do Ministério Público Federal, não recebeu a denúncia por organização criminosa oferecida em face de políticos do PT, reconhecendo a tese da criminalização da política.

***Da existência de cadeia de custódia dos elementos de prova apresentados na denúncia***

Por intermédio da Petição nº 16892/2023 (fls. 4554/4563pdf), a defesa de ARTHUR LIRA alegou não ser possível analisar a cadeia de custódia dos elementos de prova apresentados por ocasião da denúncia.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

Apontou a ocorrência de inovação trazida pela Lei nº 13.964/2019, qual seja, *“o acréscimo do art.158-A no CPP, que exige a apresentação ou ao menos a acessibilidade da cadeia de custódia das provas apresentadas em Juízo”*.

Afirmou que os dados que originaram as assertivas da denúncia sobre a entrada e saída de FRANCISCO COLOMBO do escritório de ALBERTO YOUSSEF, *“não são acessíveis em sua íntegra, e não é possível analisar sua integridade ou a cadeia de custódia dada a falta do conjunto completo dos arquivos e aplicativos utilizados”*, acrescentando a existência de laudo pericial particular a corroborar suas alegações.

De início, na esteira da jurisprudência dos tribunais superiores, observa-se que o laudo pericial apresentado por ARTHUR LIRA como prova da quebra da cadeia de custódia, consiste em simples documento particular contendo opinião de perito particular contratado pela defesa técnica do requerente, não constituindo documento idôneo para comprovar os supostos vícios.<sup>1</sup>

1 “(...) 1. A análise das mídias contendo as interceptações telefônicas realizada por profissional contratado unilateralmente pela defesa do recorrente, sem a participação do Ministério Público, não constitui documento idôneo para comprovar os supostos vícios contidos nos arquivos relativos à quebra do sigilo telefônico. (...)” (RHC n. 41.033/SC, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, julgado em 16/10/2014, DJe de 28/10/2014.)  
“(...) Laudo elaborado de forma unilateral não constitui prova pericial, mas documental. (...)” (HC 193694, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, julgado em 27/04/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-085 DIVULG 04-05-2021 PUBLIC 05-05-2021)



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

A cadeia de custódia da prova, prevista nos arts. 158-A a 158-F do Código de Processo Penal com o advento da Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime), disciplinou o conjunto de procedimentos a serem observados durante a coleta das provas em processo penal, visando à preservação da integridade da prova colhida, com a finalidade de assegurar a verificação de sua autenticidade pelas partes e pelo Juízo. Veja-se:

Art. 158-A. Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.

§ 1º O início da cadeia de custódia dá-se com a preservação do local de crime ou com procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de vestígio.

§ 2º O agente público que reconhecer um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial fica responsável por sua preservação.

§ 3º Vestígio é todo objeto ou material bruto, visível ou latente, constatado ou recolhido, que se relaciona à infração penal.

Art. 158-B. A cadeia de custódia compreende o rastreamento do vestígio nas seguintes etapas:

I - reconhecimento: ato de distinguir um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial;

II - isolamento: ato de evitar que se altere o estado das coisas, devendo isolar e preservar o ambiente imediato, mediato e relacionado aos vestígios e local de crime;

III - fixação: descrição detalhada do vestígio conforme se encontra no local de crime ou no corpo de delito, e a sua posição na área de exames, podendo ser ilustrada por fotografias, filmagens ou croqui, sendo indispensável a sua descrição no laudo pericial produzido pelo perito responsável pelo atendimento;



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

IV - coleta: ato de recolher o vestígio que será submetido à análise pericial, respeitando suas características e natureza;

V - acondicionamento: procedimento por meio do qual cada vestígio coletado é embalado de forma individualizada, de acordo com suas características físicas, químicas e biológicas, para posterior análise, com anotação da data, hora e nome de quem realizou a coleta e o acondicionamento;

VI - transporte: ato de transferir o vestígio de um local para o outro, utilizando as condições adequadas (embalagens, veículos, temperatura, entre outras), de modo a garantir a manutenção de suas características originais, bem como o controle de sua posse;

VII - recebimento: ato formal de transferência da posse do vestígio, que deve ser documentado com, no mínimo, informações referentes ao número de procedimento e unidade de polícia judiciária relacionada, local de origem, nome de quem transportou o vestígio, código de rastreamento, natureza do exame, tipo do vestígio, protocolo, assinatura e identificação de quem o recebeu;

VIII - processamento: exame pericial em si, manipulação do vestígio de acordo com a metodologia adequada às suas características biológicas, físicas e químicas, a fim de se obter o resultado desejado, que deverá ser formalizado em laudo produzido por perito;

IX - armazenamento: procedimento referente à guarda, em condições adequadas, do material a ser processado, guardado para realização de contraperícia, descartado ou transportado, com vinculação ao número do laudo correspondente;

X - descarte: procedimento referente à liberação do vestígio, respeitando a legislação vigente e, quando pertinente, mediante autorização judicial.

Art. 158-C. A coleta dos vestígios deverá ser realizada preferencialmente por perito oficial, que dará o encaminhamento necessário para a central de custódia, mesmo quando for necessária a realização de exames complementares.

§ 1º Todos vestígios coletados no decurso do inquérito ou processo devem ser tratados como descrito nesta Lei, ficando órgão central de perícia oficial de natureza criminal responsável por detalhar a forma do seu cumprimento.

§ 2º É proibida a entrada em locais isolados bem como a remoção de quaisquer vestígios de locais de crime antes da liberação por parte do perito responsável, sendo tipificada como fraude processual a sua realização.



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Ar. 158-D. O recipiente para acondicionamento do vestígio será determinado pela natureza do material.

§ 1º Todos os recipientes deverão ser selados com lacres, com numeração individualizada, de forma a garantir a inviolabilidade e a idoneidade do vestígio durante o transporte.

§ 2º O recipiente deverá individualizar o vestígio, preservar suas características, impedir contaminação e vazamento, ter grau de resistência adequado e espaço para registro de informações sobre seu conteúdo.

§ 3º O recipiente só poderá ser aberto pelo perito que vai proceder à análise e, motivadamente, por pessoa autorizada.

§ 4º Após cada rompimento de lacre, deve se fazer constar na ficha de acompanhamento de vestígio o nome e a matrícula do responsável, a data, o local, a finalidade, bem como as informações referentes ao novo lacre utilizado.

§ 5º O lacre rompido deverá ser acondicionado no interior do novo recipiente.

Art. 158-E. Todos os Institutos de Criminalística deverão ter uma central de custódia destinada à guarda e controle dos vestígios, e sua gestão deve ser vinculada diretamente ao órgão central de perícia oficial de natureza criminal.

§ 1º Toda central de custódia deve possuir os serviços de protocolo, com local para conferência, recepção, devolução de materiais e documentos, possibilitando a seleção, a classificação e a distribuição de materiais, devendo ser um espaço seguro e apresentar condições ambientais que não interfiram nas características do vestígio.

§ 2º Na central de custódia, a entrada e a saída de vestígio deverão ser protocoladas, consignando-se informações sobre a ocorrência no inquérito que a eles se relacionam.

§ 3º Todas as pessoas que tiverem acesso ao vestígio armazenado deverão ser identificadas e deverão ser registradas a data e a hora do acesso.

§ 4º Por ocasião da tramitação do vestígio armazenado, todas as ações deverão ser registradas, consignando-se a identificação do responsável pela tramitação, a destinação, a data e horário da ação.

Art. 158-F. Após a realização da perícia, o material deverá ser devolvido à central de custódia, devendo nela permanecer.

Parágrafo único. Caso a central de custódia não possua espaço ou condições de armazenar determinado material, deverá a autoridade policial ou judiciária



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

determinar as condições de depósito do referido material em local diverso, mediante requerimento do diretor do órgão central de perícia oficial de natureza criminal.

Embora os dispositivos legais relativos à cadeia de custódia da prova somente tenham sido positivados em 2019, com a aprovação do Pacote Anticrime, as diretrizes estabelecidas por essa teoria já se encontravam consolidadas no âmbito da doutrina e da jurisprudência, razão pela qual são, de fato, aplicáveis ao caso concreto e foram observadas pela Procuradoria-Geral da República por ocasião do oferecimento da denúncia.

Com efeito, a decisão que recebeu parcialmente a denúncia afastou o pedido da defesa, considerando que os elementos requeridos foram objeto de compartilhamento de provas com o Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR no âmbito da representação nº 500481445.2015.4.04.7000, posteriormente juntados em mídia digital nos autos do Inquérito nº 3989/DF, no qual ARTHUR LIRA também constava como denunciado e cujo o acesso às referidas informações foi conferido à sua defesa, integrada pelos mesmos profissionais da advocacia.

A decisão que recebeu a denúncia foi clara ao afirmar que a defesa de ARTHUR LIRA já teve acesso às informações de entrada nos escritórios de ALBERTO YOUSSEF, a partir dos registros do sistema de segurança dos



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

prédios em mais de uma oportunidade, inclusive por meio de solicitação expressa nos autos dos Inquéritos nº 3994/DF e nº 3989/DF.

As informações dos registros de visitantes das empresas ligadas a ALBERTO YOUSSEF, quais sejam, JPJPAP (Escritório Av. São Gabriel) e GFD (Escritório Rua Renato Paes de Barros), foram obtidas por compartilhamento realizado pela Polícia Federal do Paraná (Memorando nº 5135/2015 – IPL nº 1041/2013-4 SR/DPF/PR) e juntadas aos autos do Inquérito nº 3989/DF em mídia digital, conforme informação de fl. 2489 daqueles autos.

De posse da cópia dos arquivos digitais, a autoridade policial pôde pesquisar os registros de entrada aos escritórios de ALBERTO YOUSSEF de diversos investigados, obtendo os resultados fornecidos na Informação Policial nº 73/2015-Grupo03-DPF, acostada aos autos às fls. 2135/2142pdf, cujos dados foram utilizados para embasar a denúncia.

Além disso, quando do oferecimento da denúncia no Inquérito nº 3989/DF, a Procuradoria-Geral da República fez acompanhar a peça acusatória de um HD externo no qual foram armazenados os elementos de convicção utilizados para formar a *opinio delicti*, entre eles os dados originários relativos aos registros de entrada de diversos investigados nos escritórios de ALBERTO YOUSSEF. Todos esses documentos acham-se fisicamente compilados nos apensos nºs 38 a 42 do Inquérito nº 3989/DF e o denunciado, ora requerente,



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

já teve acesso a eles, vez que também foi denunciado nos autos do referido apuratório.

Assim, tratando-se de prova emprestada produzida no âmbito de processo no qual o denunciado não era investigado, mostra-se suficiente, para o exercício da ampla defesa, a juntada do material resultante da análise dos arquivos do disco de origem que digam respeito aos fatos descritos na denúncia, consubstanciados na Informação Policial nº 73/2015, sendo dispensável o acesso aos dados brutos contidos na referida mídia digital.

Assim como nos presentes autos, a defesa de ARTHUR LIRA sustentou, no bojo dos Inquéritos nº 3989/DF e nº 3994/DF, a necessidade de juntada aos autos dos elementos que serviram de base à elaboração de informação sobre os registros de entrada nos escritórios de ALBERTO YOUSSEF. O fato, inclusive, foi motivo de alguns dos vários incidentes suscitados pelo denunciado no Inquérito nº 3994/DF e no Inquérito nº 3989/DF.

Com o propósito de atender a essa solicitação, a Procuradoria-Geral da República fez juntar, naqueles autos: a) cópia de representação e da decisão contidas no processo 50314914920144047000/PR, relativas a buscas e apreensões nos seguintes endereços: i) Rua Doutor Renato Paes de Barros 778, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP; ii) Avenida São Gabriel 149, sala 809, Itaim Bibi, São Paulo-SP (ambos endereços onde funcionavam os escritórios



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

de Youssef); b) Cópia dos autos circunstanciados das buscas e arrecadações procedidas nos endereços indicados; c) Laudo nº 2322/2016-SETEC/SR/PF/PR e mídia respectiva (HD Toshiba, modelo SC3088-AO, patrimônio MPF 00-100.396), referentes ao processo de reprodução de imagens das mídias mencionadas nos autos circunstanciados.

A ausência da integralidade das mídias nos autos deste Inquérito nº 3515/DF - disponíveis apenas nos autos dos Inquéritos nº 3989/DF e nº 3994/DF -, em que pese não se trate da melhor técnica de verificação da autenticidade dos arquivos, não implica quebra da cadeia de custódia e nem significa que tenha havido adulteração de arquivos. Vale destacar, no ponto, que não foram apontados pelas defesas quaisquer indícios de manipulação ou adulteração dos arquivos.

Em suma, não se vislumbra evidências concretas de quebra da cadeia de custódia da prova, e nem de alteração, supressão ou inserção de arquivos ou quaisquer outros elementos informativos no material apontado pela Procuradoria-Geral da República.

Desse modo, não há que se falar em quebra da cadeia de custódia porque não se vislumbra qualquer evidência concreta de ocorrência de adulterações, supressões ou inserções de arquivos no material coletado.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

A defesa de ARTHUR LIRA alegou, ainda, que, a despeito da existência de gravações, não se tem nos autos os registros audiovisuais das colaborações premiadas firmadas pelos colaboradores ALBERTO YOUSSEF e RAFAEL ÂNGULO LOPES.

As inovações trazidas pelo Pacote Anticrime também se deram na forma de documentar as etapas da negociação e do próprio acordo de colaboração. Veja-se o teor do § 13 do art. 4º da Lei nº 12.850/2013, com a nova redação da Lei nº 13.964/2019:

Art. 4º (...)

(...)

§ 13. O registro das tratativas e dos atos de colaboração deverá ser feito pelos meios ou recursos de gravação magnética, estenotipia, digital ou técnica similar, inclusive audiovisual, destinados a obter maior fidelidade das informações, garantindo-se a disponibilização de cópia do material ao colaborador.

A decisão embargada foi expressa ao fundamentar a negativa de acesso às referidas informações, ressaltando que a disponibilização das gravações audiovisuais dos depoimentos em fase pré processual não configura cerceamento de defesa.

Sabe-se que o depoimento do colaborador é composto pela gravação audiovisual e pelo correspondente termo escrito. Se os depoimentos prestados em sede de colaboração já foram encartados aos autos de forma escrita,



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

não há obrigatoriedade de juntada em arquivos de áudio e vídeo que reproduzam o mesmo conteúdo, uma vez que já se encontram documentados nos autos.

O denunciado, ora requerente, se defende dos fatos ilícitos descritos na denúncia e citados pelos colaboradores/testemunhas. Se os fatos estão devidamente explicitados e os depoimentos documentados de forma escrita, não há se falar em cerceamento de defesa, mormente em fase anterior à instrução penal.

Ainda que à luz das inovações trazidas pela Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime), não há razoabilidade no pedido de rejeição da peça acusatória pelo fato de não ter sido acompanhada das referidas mídias, até mesmo porque, uma vez recebida a denúncia e já no curso da ação penal, basta que a defesa requeira – em momento oportuno – que os registros audiovisuais de seu interesse sejam juntados aos autos.

Eventual discrepância entre as palavras faladas e as palavras escritas dos colaboradores pode ser esclarecida ao longo da instrução processual, quando serão ouvidos pelo juízo, sob o crivo do contraditório das partes. Não se trata de matéria que inviabilize o recebimento da denúncia, até mesmo porque o termo escrito foi assinado, após conferência pelo colaborador e seu advogado.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Não se verifica, pois, prejuízo à defesa na falta de juntada dos depoimentos dos colaboradores em gravação audiovisual durante a fase pré processual, sobretudo quando as declarações já estão documentadas por meio escrito, às quais o acusado teve pleno acesso.

***Da aplicação da Lei nº 13.964/2019 (alteração no art. 4º, da Lei nº 12.850/2013)***

A defesa de ARTHUR LIRA também alegou a existência de alterações normativas introduzidas pela Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime), que entrou em vigor após o recebimento da denúncia oferecida nestes autos, vedando o recebimento de denúncia com fundamento apenas nas declarações do colaborador.

Quanto ao ponto, destacou que as passagens aéreas, as mensagens de celular e os extratos de cartão de crédito juntados aos autos não são *dados de corroboração autônomos*, porque indicam apenas e tão somente que a viagem foi realizada por um assessor do embargante e paga com seu cartão de crédito, mas *“não revelam nem de longe ou indiciariamente a origem e o destino do numerário encontrado em fiscalização no aeroporto de Congonhas”*.

Em 24 de janeiro de 2020, passou a vigorar a Lei nº 13.964/2019, a qual trouxe diversas modificações na legislação penal e processual penal, fruto de intensos debates no Congresso Nacional.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Dentre os aperfeiçoamentos trazidos, temos aquele inserto na Lei nº 12.850/2013, no art. 4º, §16, que tem a seguinte redação:

§ 16. Nenhuma das seguintes medidas será decretada ou proferida com fundamento apenas nas declarações do colaborador:

- I - medidas cautelares reais ou pessoais;
- II - recebimento de denúncia ou queixa-crime;
- III - sentença condenatória.

A inovação acima tem profundo reflexo na situação em análise, pois, com a mudança legislativa, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal passou a entender, de forma unânime, **que a mera palavra do colaborador é insuficiente para o recebimento da denúncia, sem a existência de elementos autônomos de corroboração.**

Nesse sentido, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal decidiu que declarações dos colaboradores premiados, sem a existência de elementos autônomos de corroboração, são insuficientes para fins de embasar uma condenação, consoante o art. 4º, §16, II, da Lei 12.850/2013:

Embargos de Declaração. Alegações de omissão e contradição. Omissão e contradição na análise dos elementos negativos de autoria e materialidade delitiva. **Supervalorização dos depoimentos dos colaboradores e ausência de indicação de elementos autônomos de corroboração.** Desconsideração da prova pericial negativa de autoria juntada pela defesa. Provimento dos embargos de declaração, com a atribuição de efeitos infringente e a integração do acórdão recorrido, de modo a absolver os embargantes por insuficiência de provas, nos termos do art. 386, VII, do CPP.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

(AP 1015 ED, Relator(a): EDSON FACHIN, Relator(a) p/ Acórdão: GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 02/05/2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-114 DIVULG 10-06-2022 PUBLIC 13-06-2022)

Em semelhante linha de raciocínio:

Penal e Processo Penal. Embargos de Declaração contra acórdão que recebeu a denúncia contra os réus por organização criminosa. Recursos interpostos dentro do prazo e com observância aos demais pressupostos e requisitos processuais. Admissibilidade dos embargos. Alegações de omissão, obscuridade e contradição. Dedução de fatos novos que justificariam o não recebimento da denúncia. Alegação de omissão e contradição em relação à tese de violação ao contraditório e à ampla defesa. Inocorrência. Omissão, obscuridade e contradição na análise dos impactos dos processos julgados pelo STF sobre a existência de justa exigida para o recebimento da denúncia. Ocorrência dos referidos vícios internos, uma vez que quase todos os fatos criminosos descritos na denúncia já foram arquivados pela PGR ou rejeitados pelo STF. Ocorrência de omissão e obscuridade a partir da utilização de **meros depoimentos dos colaboradores, sem a existência de elementos autônomos de corroboração**, para fins de recebimento da denúncia. Integração do acórdão para que tais elementos sejam excluídos da análise da viabilidade da peça acusatória. Omissão na análise das teses defensivas de inépcia da inicial e de atipicidade das condutas. Denúncia que promove a delimitação artificial do período de existência da Orcrim. Ausência de descrição de fatos em data posterior à vigência da Lei 12.850/2013. Omissão na análise da tese defensiva de criminalização da política. Ocorrência. Acórdão que faz menção a fatos relativos à atividade político-partidária dos denunciados enquanto elementos indicativos da ocorrência do crime. Dedução de fatos supervenientes que devem ser considerados pelo colegiado para fins de análise do recebimento da denúncia. Aplicação analógica do art. 493 do CPC, com base no art. 3º do CPP. Novo dispositivo legal que proíbe expressamente o recebimento da denúncia com base apenas nas declarações dos colaboradores premiados. Art. 4º, §16º, II, da Lei 12.850/2013, na redação conferida pela Lei 13.964/2019. Novo pedido de arquivamento e de rejeição da denúncia oferecida contra os embargantes em outro inquérito mencionado nos autos. Sentença proferida pela Justiça Federal do Distrito Federal que absolveu sumariamente corréus denunciados por fatos semelhantes. Circunstâncias relevantes que reforçam a conclusão pelo



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

provimento dos recursos, com a rejeição da denúncia. Embargos de declaração conhecidos e providos, com a atribuição de efeitos infringentes e a integração da decisão recorrida, para rejeitar a denúncia oferecida, nos termos do art. 395, I e III, do CPP.

(Inq 3989 ED-segundos, Relator(a): EDSON FACHIN, Relator(a) p/ Acórdão: GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 02/03/2021, PROCESSO ELETRÔNICO Dje-089 DIVULG 10-05-2021 PUBLIC 11-05-2021 REPUBLICAÇÃO: DJe-096 DIVULG 19-05-2021 PUBLIC 20-05-2021)

Diante desse cenário, é necessário tecer algumas considerações sobre a existência ou não de elementos autônomos de colaboração a embasar a denúncia oferecida nos autos deste Inquérito nº 3515/DF.

Além dos termos de colaborações de ALBERTO YOUSSEF, a denúncia oferecida nos autos do Inquérito nº 3515/DF fora baseada em outros elementos de informação<sup>2</sup>:

(i) Informação Policial nº 73/2015-GRUPO 03 – DPF (fls. 490/497) que analisa o sistema de segurança dos prédios onde estavam localizados os escritórios do doleiro nas empresas JPJPAP Assessoria e Participações S/C Ltda-ME, situada na Avenida São Gabriel, 149, e a GFD Investimentos, localizada na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 778, ambas em São Paulo-SP; o referido documento comprova: a) o estreito vínculo entre o colaborador Alberto Youssef e o presidente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, Francisco Colombo - que teria visitado o doleiro mais de 60 (sessenta) vezes entre fevereiro de 2011 e setembro de 2013; b) que, em 03/02/2011, um pouco antes da entrada de Francisco Carlos Colombo no prédio do escritório de Youssef, também entraram ARTHUR DE LIRA e Antônio Célio Dias de Souza, vulgo Alemão, motoboy investigado na Operação Lava Jato.

(ii) Pluralidade de documentos que, após a devida análise da autoridade policial, evidenciaram que o valor de R\$ 106.400,00 (cento e seis mil e quatrocentos re-

<sup>2</sup> Conjunto de elementos probatórios enumerados e apontados na réplica de fls. 2296/2332pdf.



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

ais) repassados a ARTHUR DE LIRA via JAYMERSON, teria tido origem em comissionamentos cobrados por Francisco Colombo da Empresa Bom Sinal, contratada pela CBTU no Contrato nº 020-2009/DT, questionado pela CGU. Durante as investigações, descobriu-se que, no dia 02/02/2012, a CBTU autorizou pagamento de R\$ 110.929,48 à empresa Bom Sinal (fl. 647). Logo após esse evento, Francisco Colombo entrou diversas vezes no escritório de Alberto Youssef (fls. 490/497). E o afastamento do sigilo bancário da Bom Sinal certificou que, em 08/02/2012, ou seja, 2 dias antes da apreensão de valores com JAYMERSON AMORIM, houve transferência da CBTU para essa empresa de R\$ 100.000,00 (Ação Cautelar apensa, PET 6328, fl. 71).

(iii) Depoimento da testemunha Andrea Azevedo Miranda de Castro (fls. 809/810 e 811/812), secretária parlamentar, em que comprova a ocorrência de visitas pessoais do Presidente da CBTU, Francisco Colombo, ao gabinete de ARTHUR DE LIRA na Câmara dos Deputados.

(iv) Agenda de Francisco Colombo disponibilizada pela CBTU (fls. 746751), que demonstra que os diversos encontros e visitas do ex-Presidente da CBTU ao Deputado ARTHUR DE LIRA não constavam de seus compromissos oficiais, sendo realizadas de forma particular, desvinculada das atividades ordinárias dos cargos ocupados, e não publicizada pelos envolvidos.

(v) Documentos encaminhados pelas empresas aéreas e operadoras de cartão de crédito que comprovam a aquisição das passagens dos trechos Brasília-Congonhas e Congonhas-Brasília foram adquiridas para JAYMERSON AMORIM com cartão bancário em nome de ARTHUR CESAR P. LIRA. - (v.1) Cópia do bilhete de ida à fl. 14. (v.2) Pesquisa junto à companhia aérea do pagamento do bilhete às fls. 16/19, na qual consta o pagamento da passagem aérea de ida pelo cartão de crédito de ARTHUR DE LIRA. (v.3) Cópia do bilhete de volta a Brasília-DF, na mesma data, em nome de JAYMERSON, à fl. 19. (v.4) Documento encaminhado pela empresa aérea GOL (fls. 690/691) informando a aquisição de passagem em favor de JAYMERSON com cartão de ARTHUR DE LIRA. (v.5) Ofício nº 044/2016/CECOP, da Caixa Econômica Federal (fls. 695/696), informando que ARTHUR DE LIRA é o titular do cartão de crédito VISA nº 4745.3900.1305.3647, utilizado na compra das passagens aéreas; (v.6) documento encaminhado pela LATAM (fls. 725/730) confirmando que o retorno de JAYMERSON AMORIM, no trecho São Paulo (Guarulhos) a Brasília, no dia 10/02/2012, ocorreu pelo voo JJ3586, e que a passagem adquirida mediante troca (exchange) do bilhete de fl. 19 também foi adquirida com o mesmo cartão de crédito VISA nº 4745.3900.1305.3647, de ARTHUR DE LIRA (fl. 771), o



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

que evidencia a ciência, participação e o financiamento do acusado para a consumação do ato criminoso.

(vi) Análise de diversos documentos provenientes da quebra de sigilo telefônico/telemático dos envolvidos, evidenciando os diálogos e mensagens entre ARTHUR DE LIRA, JAYMERSON AMORIM e FRANCISCO COLOMBO, e permitindo afirmar a ciência e voluntariedade deles para com o ilícito criminal que ocorria naquelas circunstâncias; (vi.1) Laudo nº 1733/2015-INC/DITEC/DPF, de fls. 586/590, que veicula o resultado da extração de dados realizada no celular BlackBerry apreendido; (vi.2) Laudo nº 2041/2015-INC/DITEC/DPF, de fls. 634/638, arrola os exames complementares no mesmo aparelho. (vi.3) Informação Policial nº 19/2015-SADIP/CGPFAZ/DICOR/DPF, complementada pela Informação nº 23/2016 (fls. 600/611 e 776/789, respectivamente), expõe os contatos, ligações, mensagens de texto, especialmente no dia 10/02/2012, o dia do recebimento da propina, entre JAYMERSON AMORIM, o deputado ARTHUR DE LIRA, os telefones do gabinete do parlamentar e FRANCISCO COLOMBO, com realce para o conteúdo das mensagens e das falas, para os horários, remetentes e destinatários das ligações, o momento de chegada e da partida do assessor parlamentar em São Paulo e da apreensão dos valores; (vi.4) Informações encaminhadas pela empresa de telefonia Nextel (fls. 215/216), apresentou mídia com arquivos digitais informando que um dos telefones apreendidos no dia 10/02/2012 com JAYMERSON, descrito no item 3 do auto de fl. 11, com o IMEI 0100002320654820 (linha número 61 7817-9636), era vinculado ao mandato do deputado federal ARTHUR CÉSAR PEREIRA DE LIRA. Elencou o histórico de chamadas para a linha no interstício de 01/02/2012 a 10/02/2012 e anunciou a titularidade de outros terminais telefônicos da operadora, entre os quais destacam-se outras quatro linhas vinculadas ao mandato do parlamentar denunciado, isto é, 61 7818-9193, 61 7817-9091, 61 7817-0657, e 61 7817-9740; (vi.5) Laudo nº 1732/2015-INC/DITEC/DPF, de fls. 591/595, que traz o resultado da extração de dados realizada no celular da marca iPhone, número 61 93174399, de uso pessoal de JAYMERSON AMORIM e apreendido em seu poder; (vi.6) Laudos nº 2041/2015-INC/DITEC/DPF (de fls. 634/638) e nº 1733/2015 (fls. 586/590) que trazem o resultado da extração de dados realizada no celular BlackBerry, apreendido em poder de JAYMERSON, e que também foram analisadas na Informação Policial nº 19/15 (fls. 600/611) e na Informação Policial nº 23/16 (fls. 776/789); (vi.7) Relatório de Análise de Polícia Judiciária nº 011/2017 (fls. 146/151 da AC 4164 em apenso) que apresenta o detalhamento das chamadas telefônicas, constantes das bases de dados do inquérito, entre os terminais em nome de ARTHUR DE LIRA, os terminais utilizados por FRANCISCO COLOMBO e por JAYMERSON AMORIM;



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

(vii) Termos de depoimento da supervisora de voo Flébia de Lima Joinhas (fls. 06/07) e do agente de proteção de voo Bruno Carlos Diogo (fls. 04/05), que deixam clara a intenção e o dolo de JAYMERSON em ocultar o dinheiro, sua natureza, origem e, principalmente, a propriedade (de ARTHUR DE LIRA) do numerário.

(vii) Documentos enviados pela empresa aérea LATAM (fls. 775) e pela Caixa Econômica Federal (fls. 695/696, 824/825) informando a existência de uma outra viagem de JAYMERSON (em 20/08/2011), com as mesmas características da narrada nos presentes autos (trecho entre Brasília e São Paulo, com permanência de poucas horas na capital paulista e a aquisição dos bilhetes com outro cartão de crédito do congressista ARTHUR DE LIRA), que aponta para reiteração criminosa por parte do denunciado e seus parceiros JAYMERSON AMORIM e FRANCISCO COLOMBO – exatamente como revelou o colaborador Alberto Youssef.

(ix) Demonstrativo dos dados financeiros relativos a JAYMERSON JOSÉ GOMES DE AMORIM (fls. 831/832), encaminhados pela Câmara dos Deputados, que comprova a contratação de empréstimo junto à Caixa Econômica Federal em setembro de 2011, que ainda estava sendo pago quando de sua exoneração do cargo. Tal fato demonstra a ausência de plausibilidade e verossimilhança das alegações de JAYMERSON AMORIM e de ARTHUR DE LIRA. Não faz qualquer sentido que o assessor parlamentar, mesmo tendo contratado empréstimo junto à CEF, fosse a São Paulo adquirir - com dinheiro vivo - um terceiro veículo (já que ele e a companheira tinham outros dois) que custava quase 10 vezes o valor do seu salário.

(x) Termo de Colaboração 24 (fls. 307/309) e Termo de Declarações Complementar n. 23 (fls. 381/383), nos quais ALBERTO YOUSSEF informa a existência de irregularidades na Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, com recebimento de valores indevidos por Benedito de Lira e ARTHUR DE LIRA; pagos, inclusive, pelo ex-Presidente da companhia FRANCISCO COLOMBO, que comentou com Youssef que havia entregue pessoalmente valores a um assessor de ARTHUR DE LIRA que, posteriormente, teria sido preso em São Paulo quando retornava para Brasília.

(xi) Termo de Declarações nº 10 de Rafael Angulo Lopes (fls. 939/941), que ratifica as informações prestadas por Alberto Youssef, atesta o envolvimento de Francisco Colombo com o doleiro e sua participação no esquema criminoso que favorecia parlamentares do Partido Progressista; a proximidade entre Alberto Youssef e o presidente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, eloquentemente ditada nos depoimentos de Youssef e Rafael Angulo, é, mais uma vez, evidenciada na Informação Policial nº 73/2015-Grupo 03-DPC1, pertinente à análise dos registros de acessos às empresas do doleiro (fls. 490/497);



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

(xii) Termo de depoimento de Karina Neri de Moura (fls. 813/814), ex-companheira de JAYMERSON AMORIM, que afirma desconhecer qualquer intenção do companheiro em adquirir um terceiro veículo ou que estivesse economizando dinheiro para tal finalidade.

Observa-se que os elementos de prova apresentados foram suficientes para comprovar a existência de vínculo entre ARTHUR LIRA, JAYMERSON AMORIM notadamente:

**a)** nos termos de depoimento da supervisora de voo Flébia de Lima Joinhas (fls. 92/93pdf) e do agente de proteção de voo Bruno Carlos Diogo (fls. 91/92pdf), que apontam a intenção de JAYMERSON AMORIM em ocultar o dinheiro, sua natureza, origem e a propriedade do numerário apreendido; **b)** nas cópias dos bilhetes de passagens aéreas emitidas em nome de JAYMERSON AMORIM; **c)** nos documentos encaminhados pelas empresas aéreas e operadoras de cartão de crédito que comprovam a aquisição das passagens adquiridas para JAYMERSON AMORIM com cartão bancário em nome de ARTHUR LIRA; **d)** na análise de documentos provenientes da quebra de sigilo telefônico/telemático dos envolvidos, indicando os diálogos e mensagens entre ARTHUR LIRA, JAYMERSON AMORIM e FRANCISCO COLOMBO; **e)** nos laudos e relatórios policiais que expõe os contatos, ligações, mensagens de texto, especialmente no dia 10/02/2012, o dia da



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

apreensão do numerário, entre JAYMERSON AMORIM, ARTHUR LIRA, os telefones do gabinete do parlamentar e FRANCISCO COLOMBO, com realce para o conteúdo das mensagens e das falas, para os horários, remetentes e destinatários das ligações, o momento de chegada e da partida do assessor parlamentar em São Paulo e da apreensão dos valores; f) nas informações policiais contendo o histórico de chamadas dos terminais em nome de ARTHUR LIRA, e os utilizados por FRANCISCO COLOMBO e por JAYMERSON AMORIM.

Lado outro, em relação à suposta mercancia da função pública, observa-se que os elementos de prova que embasaram a denúncia restringem-se aos relatos do colaborador ALBERTO YOUSSEF, que “ouviu dizer” por FRANCISCO COLOMBO sobre o pagamento de vantagens indevidas envolvendo a CBTU e os relatos do colaborador RAFAEL ÂNGULO LOPES, que ratificou as informações prestadas por ALBERTO YOUSSEF.

Sobre o tema, veja-se o diz a denúncia:

“Logo após as eleições de 2010, em função das diversas cadeiras alcançadas na Câmara dos Deputados, foi reservada ao Partido Progressista a pasta do Ministério das Cidades, na Administração Federal, em troca do apoio da agremiação no parlamento. MÁRIO NEGROMONTE, então filiado ao Partido, foi o indicado para desempenhar as incumbências de titular daquele Ministério.



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

A este Ministério está vinculada a Companhia Brasileira de Trens Urbanos-CBTU, em cujo funcionamento entrou a atuação criminosa e danosa do imputado.

Apontado como operador financeiro do Partido Progressista-PP junto ao grande esquema de corrupção na Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras, denunciado na Operação Lava Jato, o doleiro Alberto Youssef veio elucidar, em sua colaboração premiada, o funcionamento deste esquema ilícito de corrupção na CBTU.

Depois de 2010, o colaborador Alberto Youssef, que serviu ilicitamente aos fins eleitoreiros do partido, foi contemplado com a prerrogativa de indicar o cargo de Presidente da Companhia de Trens Urbanos-CBTU. Decidiu apresentar justamente FRANCISCO CARLOS CABALLERO COLOMBO, homem de sua confiança, pois tinha a intenção, com essa benesse, de receber vantagens ilícitas obtidas nas aquisições de bens e serviços da CBTU. O estrategema visava a gerar recursos para o caixa do Partido e, para Youssef, um percentual sobre o montante repassado.

O doleiro Alberto Youssef logo percebeu que o cargo de Presidente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos era “gerido” por Benedito de Lira, eleito Senador da República em 2010, e por seu filho, **ARTHUR CESAR PEREIRA DE LIRA**. Alberto Youssef decidiu não confrontar as duas autoridades partidárias e desistiu de controlar o cargo, mas COLOMBO foi confirmado na estatal sob a chancela e as determinações de Benedito de Lira e de ARTHUR DE LIRA. A respeito, seguem os trechos do depoimento de Alberto Youssef:

‘...Afirma que quando fez a campanha do ano de 2010, ocasião em que, por sinal, o Partido Progressista elegeu vários deputados federais e senadores, MÁRIO NEGROMONTE tornou-se Ministro das Cidades e, a pedido do declarante, contemplou-o com o cargo de Presidente da COMPANHIA DE TRENS URBANOS -CBTU, para que inçasse alguém de sua confiança, no caso, FRANCISCO COLOMBO;

QUE a intenção do declarante em ocupar tal cargo por meio de FRANCISCO COLOMBO era no sentido de que nas aquisições de bens e serviços feitas pela CBTU, o declarante pudesse receber comissionamentos, e o fato do Ministro das Cidades gerir tal pasta facilitava que um grande volume de recursos fosse destinado à CBTU;



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

QUE os comissionamentos a que se refere se tratam de vantagens indevidas obtidas por meio de tais contratos, que seriam destinadas ao PP, ganhando o declarante percentual sobre os montantes;

QUE a ocupação de tal cargo objetivava trabalhar em prol do PP, para gerar caixa em favor do partido e conduzir a instituição 'de maneira decente';

QUE logo em seguida, descobriu-se que este cargo era gerido por BENEDITO DE LIRA, que se tornou senador da República, e o seu filho ARTHUR DE LIRA, eleito deputado federal, de maneira que a ocupação do cargo na CBTU exigia aprovação de ambos;

QUE o presidente anterior da CBTU havia sido inclusive indicado por BENEDITO;

QUE para não criar um mal estar no partido, o declarante abriu mão de assumir o controle do cargo, embora FRANCISCO COLOMBO permanecesse nomeado e seguindo às orientações de BENEDITO e ARTHUR;

QUE por FRANCISCO ser bem recomendado pelo declarante, aceitaram que ele "ficasse sentado na cadeira", sob as orientações de BENEDITO E ARTHUR;'

Assim, **ARTHUR CESAR PEREIRA DE LIRA** foi empossado Deputado Federal em 01/02/2011. Em 06/02/2012, assumiu a condição de líder do PP na Câmara dos Deputados. Um dos primeiros passos foi confirmar COLOMBO como Diretor-Presidente da CBTU, cargo exercido entre 12/05/2011 e 29/10/13.

Passa este, então, a operar ilicitamente para oferecer sua contrapartida financeira decorrente da indicação recebida e para assegurar sua manutenção no cargo alcançado.

Alberto Youssef, em sua colaboração premiada, reafirmou que Benedito de Lira e **ARTHUR DE LIRA** "operavam" na CBTU na gestão de COLOMBO, na anterior e na posterior à dele. COLOMBO lhe relatara pagamentos de vantagens indevidas envolvendo a CBTU, referindo-se ainda a comentários nos círculos do Partido Progressista de que **ARTHUR DE LIRA** recebia valores da CBTU, mas não os dividia com o partido. Veja-se:

'...QUE questionado se ARTHUR DE LIRA ou BENEDITO DE LIRA receberam valores, o declarante afirma que eles 'operaram' tanto na gestão anterior e posterior ao COLOMBO; QUE tanto assim que COLOMBO



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

comentou com o declarante que entregou dinheiro para um assessor que foi posteriormente preso;

QUE não sabe quanto referidos parlamentares recebiam por isto;

QUE somente COLOMBO comentou com o declarante sobre o pagamento de vantagens indevidas envolvendo a CBTU;

QUE, entretanto, havia ‘fofoca’ no Partido Progressista de que o ARTUR DE LIRA recebia valores da CBTU e não os dividia com o partido; QUE, porém, não sabe como foram feitas as operações;’

A afirmação de YOUSSEF foi ratificada, de maneira até mais incisiva, pelo colaborador RAFAEL ANGULO LOPES, preposto de YOUSSEF, que o auxiliava no controle das operações de lavagem de dinheiro da organização criminosa por membros do Partido Progressista. Ele afirmou que COLOMBO dirigia-se com muita frequência ao escritório do doleiro, na Av. São Gabriel, em São Paulo, onde sempre buscava dinheiro.

RAFAEL ANGULO confirmou que, após as conversas entre eles, YOUSSEF determinava que RAFAEL fosse pegar uma quantia determinada de dinheiro, em geral entre R\$ 50.000,00 e R\$ 80.000,00, colocando-a em envelopes que eram entregues a Colombo.

A transferência destas quantias ilícitas ocorreu do final de 2011 até 2012, período em que COLOMBO dirigiu-se à Av. São Gabriel por cerca de dez vezes, segundo testemunho do colaborador. Tinha conhecimento de que COLOMBO trabalhava na CBTU, pois viu que ele entregava a Youssef o cartão de visitas, em que constava essa anotação. Esclareceu ainda o seguinte:

‘Que Youssef tinha um grupo de telefones, composto por três ou mais telefones exclusivamente para falar com políticos;

Que Youssef usava um destes telefones destinados a falar com os políticos para falar sobre o Colombo;

Que o declarante ouviu ligações de Youssef, se valendo destes telefones destinados aos políticos, e nestas ligações o declarante ouvia comentários do tipo ‘Olha, o Colombo esteve aqui; Acertei com ele’’, coisas do tipo;

Que não sabe dizer especificamente qual era este político;

Que o declarante acredita que Youssef poderia estar falando com algum político do Partido Progressista, pois o declarante sempre presenciou con-



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

tatos de Youssef com políticos deste partido;” (destaques acrescentados – fls. 1265/1268pdf)

De acordo com a denúncia, o colaborador ALBERTO YOUSSEF afirmou que sabia sobre o pagamento de vantagens indevidas envolvendo a CBTU pelo próprio FRANCISCO COLOMBO e de “fofoca” no Partido Progressista, não tendo apresentado, além de seus relatos, qualquer elemento de prova que indicasse a existência de negociações espúrias envolvendo a indicação e a manutenção deste último na Presidência da Companhia Brasileira de Trens Urbanos.

Do mesmo modo, RAFAEL ÂNGULO afirmou ter ouvido ligações de ALBERTO YOUSSEF em que ouvia “comentários” sobre acordos com FRANCISCO COLOMBO, sequer sabendo especificar quem eram os interlocutores das ligações telefônicas.

Não se pode olvidar que o crime de corrupção é um crime de difícil constatação, pois o agente não age às claras, ao contrário, perpetra sua ação na surdina, de modo que a coleta da prova da prática do fato típico torna-se mais difícil.

Em que pese os elementos de prova apresentados na denúncia sejam suficientes para comprovar a existência de vínculo entre ARTHUR LIRA, JAYMERSON AMORIM e os valores apreendidos em poder deste



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

último, à luz das inovações trazidas pela Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime), apenas os relatos dos colaboradores de que “ouviu dizer” não são suficientes para o recebimento da denúncia, sem a existência de elementos autônomos de corroboração do que foi narrado.

O fato é que ALBERTO YOUSSEF narrou fatos, em sua maioria, que ele “ouviu dizer” ou assim interpretou, porém não participou deles, os quais são de difícil comprovação, não apenas considerando o lapso temporal transcorrido, mas associado ao fato de que o falecimento de FRANCISCO COLOMBO aumenta sobremaneira a dificuldade na descoberta de novas provas aptas a corroborar a denúncia.

Além dos relatos dos colaboradores ALBERTO YOUSSEF e RAFAEL ÂNGULO, quem poderia confirmar a existência - ou apresentar informações mais detalhadas - de eventuais negociações espúrias envolvendo a indicação e a manutenção dele na Presidência da Companhia Brasileira de Trens Urbanos seria o próprio FRANCISCO COLOMBO, Presidente da CBTU à época dos fatos, o qual faleceu em 27/05/2014.

Assim, a prova da materialidade – consubstanciada na apreensão de valores em poder de JAYMERSON AMORIM -, por si só, não é suficiente para formulação de um juízo condenatório.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

Os registros de ligações telefônicas entre os terminais utilizados por ARTHUR LIRA e por FRANCISCO COLOMBO, bem como os registros de entrada deste último no escritório de ALBERTO YOUSSEF não podem ser considerados como elementos probatórios de eventual relação de apadrinhamento entre ARTHUR LIRA e FRANCISCO COLOMBO.

Embora os registros de entrada de FRANCISCO COLOMBO no escritório de ALBERTO YOUSSEF possam sugerir certa proximidade entre o colaborador e o então Presidente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, isso não pode ser usado como comprovação de que FRANCISCO COLOMBO lhe reportou o suposto apadrinhamento de ARTHUR LIRA e o incidente envolvendo o secretário parlamentar JAYMERSON AMORIM.

Essa lacuna não é passível de ser sanada – e certamente não seria na instrução criminal -, uma vez que quem poderia apresentar informações mais detalhadas sobre eventuais negociações espúrias envolvendo a indicação e a manutenção dele na Presidência da Companhia Brasileira de Trens Urbanos seria o próprio FRANCISCO COLOMBO, já falecido.

Note-se, ademais, que a assinatura de acordo de colaboração premiada de ALBERTO YOUSSEF (em 24/09/2014) é posterior ao falecimento de FRANCISCO COLOMBO (em 27/05/2014), que sequer pôde ser ouvido



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

nos autos deste Inquérito nº 3515/DF para confirmar ou negar as alegações do colaborador.

Em síntese, o colaborador ALBERTO YOUSSEF não apresentou elementos de prova autônomos, além dos seus próprios relatos, de que ARTHUR LIRA mantinha FRANCISCO COLOMBO no cargo por meio de sua influência política, posição em que teria exigido as supostas propinas.

Nesse cenário, à luz das inovações trazidas pela Lei nº 13.964/2019, os elementos indiciários que subsidiam a denúncia não são capazes comprovar o nexo de causalidade entre a apreensão de valores em poder de JAYMERSON AMORIM e a suposta prática do ato de ofício por parte do Deputado Federal ARTHUR LIRA, notadamente, a indicação e a manutenção de FRANCISCO COLOMBRO no cargo de Presidente da CBTU em troca de negociações espúrias.

***Da possibilidade de rejeição da denúncia***

Considerando a superveniência da nova legislação (Pacote Anticrime) e do novo entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da insuficiência das declarações dos colaboradores, sem a existência de elementos autônomos de corroboração para lastrear a denúncia, tem-se óbice



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

ao Ministério Público Federal para o reconhecimento da justa causa, hipótese legal de rejeição da denúncia (art. 395, III, do CPP).

No ponto, vale lembrar que, em sessão realizada no dia 08/10/2019 (fls. 2368/3416pdf), a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal recebeu parcialmente a denúncia no que concerne ao crime previsto no artigo 317, § 1º, do Código Penal (fls. 2368/3416pdf). Esse acórdão foi publicado em 23/06/2020, conforme certidão de fl. 3453pdf.

Destaca-se que a decisão que recebeu a denúncia em desfavor de ARTHUR LIRA ainda não transitou em julgado, tendo em vista a oposição de embargos declaratórios, com efeitos infringentes, pelo denunciado, em 24/06/2020 (fls. 3458/3468pdf).

Assim, muito embora a Primeira Turma tenha recebido a denúncia em desfavor de ARTHUR LIRA, essa decisão ainda não transitou em julgado diante da oposição de embargos declaratórios com efeitos modificativos.

Estando pendentes embargos de declaração com efeitos infringentes, enquanto ausente o trânsito em julgado desse julgamento, ou seja, até que a decisão que recebeu a denúncia se torne imutável, o Ministério Público Federal pode se manifestar pela rejeição da denúncia oferecida nos autos deste Inquérito nº 3515/DF.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

Em reavaliação do entendimento anteriormente exposto, a partir de uma análise aprofundada das teses defensivas apresentadas pelo denunciado ARTHUR LIRA por meio da Petição nº 16892/2023 (fls. 4554/4563pdf), assim como da leitura da exordial, entende este órgão ministerial que, à luz das inovações trazidas pela Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime), não foi demonstrada a existência de lastro probatório mínimo indispensável para a instauração de um processo penal em face do referido denunciado.

Ausente, portanto, justa causa para a persecução penal, pois não estão demonstrados os elementos essenciais do tipo penal incriminador.

Nesse cenário, o Ministério Público Federal manifesta-se favoravelmente ao pleito defensivo, a fim de que seja rejeitada a denúncia, com fundamento na ausência de justa causa (art. 395, III, do CPP).

***Do acordo de não persecução penal***

Por fim, na hipótese de o Ministério Público Federal considerar existente os requisitos para o recebimento da denúncia, a defesa técnica de ARTHUR LIRA, requereu que a Procuradoria-Geral da República se manifeste sobre a viabilidade de eventual proposta de acordo de não persecução penal (ANPP), instituto introduzido no ordenamento jurídico pátrio pelo denominado "Pacote Anticrime".



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

Verificada a ausência de justa causa para continuidade da persecução penal, com a conseqüente rejeição da denúncia oferecida em face de ARTHUR CESAR PEREIRA DE LIRA, com fundamento no art. 395, inciso III, do Código de Processo Penal, o Ministério Público deixa de apresentar manifestação sobre a viabilidade de eventual proposta de acordo de não persecução penal (ANPP).

***Do pedido***

Em razão do exposto, o Ministério Público Federal manifesta-se pela rejeição da denúncia apresentada em face de ARTHUR CESAR PEREIRA DE LIRA, por ausência de justa causa, com fundamento no art. 395, inciso III, do Código de Processo Penal, ressalvado o surgimento de novas provas nos termos do art. 18 do CPP.

Brasília, data da assinatura digital.

***Lindôra Maria Araujo***  
Vice-Procuradora-Geral da República

AF-DD